

Jaíba Solar Holding S.A.

**Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da

Jaíba Solar Holding S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jaíba Solar Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Jaíba Solar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria de grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Alexandre Mai
Contador CRC 1SP215290/O-4

Jaíba Solar Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
Caixa e equivalentes de caixa	5	10	5	11.565	16.390	Fornecedores	12	1	2	3.953	7.053
Clientes a receber	6	-	-	3.947	4.576	Financiamentos	13	-	-	7.098	6.151
Impostos a recuperar						Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	399	763
Adiantamento a fornecedores		4	9	35	426	Obrigações tributárias		-	8	856	714
Estoques		-	-	10	1	Arrendamento	11	-	-	60	53
Despesas antecipadas		-	-	18	-	Ressarcimento	14	-	-	1.854	-
Total do ativo circulante		14	14	16.667	22.769	Outros passivos circulantes		-	-	30	72
Cauções e depósitos vinculados	7	-	-	8.240	7.446	Total do passivo circulante		1	10	14.250	14.806
Dépósitos Judiciais		-	-	-	107	Financiamentos	13	-	-	276.281	283.250
Outros ativos não circulantes	8	-	-	3.016	2.269	Arrendamento	11	-	-	6.824	6.587
Total realizável a longo prazo		-	-	11.256	9.822	Contas a pagar de partes relacionadas	15	292	340	3	6
Investimentos	9	103.109	109.760	-	-	Provisão para contingências	24	-	-	1.331	810
Imobilizado	10	-	-	373.481	381.841	Provisão para desmobilização	16	-	-	6.022	5.622
Intangível	10	-	-	33	43	Total do passivo não circulante		292	340	290.461	296.275
Direito de uso	11	-	-	6.104	6.030	Patrimônio líquido	17				
Total do ativo não circulante		103.109	109.760	390.874	397.736	Capital social		160.879	160.879	160.879	160.879
Total do ativo		103.123	109.774	407.541	420.505	Prejuízos acumulados		(58.049)	(51.455)	(58.049)	(51.455)
						Total do patrimônio líquido		102.830	109.424	102.830	109.424
						Total do passivo e patrimônio líquido		103.123	109.774	407.541	420.505

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	18	-	-	36.241	30.042
Custos de operação	19	-	-	(20.382)	(26.586)
Lucro bruto		-	-	15.859	3.456
Despesas gerais e administrativas	19	56	94	(741)	(2.552)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(6.651)	(20.562)	-	-
Resultado antes do resultado financeiro		(6.595)	(20.468)	15.118	904
Receitas financeiras	20	2	-	1.868	3.049
Despesas financeiras	20	(1)	(1)	(22.227)	(21.570)
Resultado financeiro líquido		1	(1)	(20.359)	(18.521)
Resultado antes dos impostos		(6.594)	(20.469)	(5.241)	(17.617)
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	(1.353)	(2.852)
Prejuízo do exercício		(6.594)	(20.469)	(6.594)	(20.469)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(6.594)	(20.469)	(6.594)	(20.469)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(6.594)	(20.469)	(6.594)	(20.469)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jaiba Solar Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora e Consolidado		
Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito e integralizado		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	160.879	(30.986)	129.893
Prejuízo do exercício	-	(20.469)	(20.469)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	160.879	(51.455)	109.424
Prejuízo do exercício	-	(6.594)	(6.594)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	160.879	(58.049)	102.830

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Jaíba Solar Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos		(6.594)	(20.469)	(5.241)	(17.617)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10	-	-	13.543	13.531
Prejuízo na venda de imobilizado	10	-	-	-	2.290
Juros sobre arrendamento	11	-	-	660	639
Juros de financiamentos	13	-	-	17.760	17.852
Ajuste a valor presente da provisão de desmobilização	16	-	-	400	374
Provisão para contingências	24	-	-	521	441
Amortização do direito de uso	11	-	-	223	211
Provisão de fornecedores	12	-	-	726	1.908
Ressarcimento	14	-	-	1.937	(83)
Suprimento de energia - não faturado	6	-	-	(72)	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	6.651	20.562	-	-
		57	93	30.457	19.546
Variações no ativo e passivo:					
Cientes a receber	6	-	-	618	(576)
Estoques		-	-	(18)	-
Adiantamento a fornecedores		-	-	(9)	102
Impostos a recuperar		5	-	391	(218)
Despesas antecipadas		-	-	959	(501)
Depósitos judiciais		-	-	107	(97)
Outros ativos não circulantes	8	-	-	(747)	-
Fornecedores	12	(1)	1	(5.948)	(874)
Obrigações tributárias		(8)	-	142	20
Outros passivos circulantes		-	-	(42)	72
Partes relacionadas	15	(48)	-	(3)	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		5	94	25.907	17.474
Pagamento de juros s/ financiamentos	13	-	-	(18.651)	(18.674)
Pagamento de IR e CS	21	-	-	(1.717)	(2.089)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		5	94	5.539	(3.289)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adição do ativo imobilizado	10	-	-	(3.726)	(4.495)
Venda do ativo imobilizado	10	-	-	-	1.257
Cauções e depósitos vinculados	7	-	-	(794)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		-	-	(4.520)	(3.238)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de financiamentos	13	-	-	(5.131)	(2.812)
Partes relacionadas	15	-	(98)	-	6
Cauções e depósitos vinculados	7	-	-	-	956
Pagamento de arrendamento	11	-	-	(713)	(681)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		-	(98)	(5.844)	(2.531)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		5	(4)	(4.825)	(9.058)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	5	9	16.390	25.448
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	10	5	11.565	16.390
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		5	(4)	(4.825)	(9.058)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Jaíba Solar Holding S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade por ações de capital fechado regida pelo Estatuto Social, Lei 6.404, de 1976 e constituída no Brasil em 22 de março de 2019 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 12 de abril de 2019, e iniciou suas atividades como uma sociedade holding de projetos de Energia Solar. A Companhia é controlada por:

- Canadian Solar Inc, - 6,80%
- Canadian Solar UK Projects Ltda. - 6,60%
- Canadian Solar Netherlands Cooperatief U.A. - 6,60%
- Nebras Brazil Investment 1 Ltda - 80%

A Companhia possui 3 (três) controladas diretas descritas a seguir que têm como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia por fonte fotovoltaica.

Relação de entidades controladas

	Participação acionária	
	2024	2023
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Jaíba 4 Energias Renováveis S.A.	100%	100%
Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.	100%	100%

Projeto de geração solar

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas possuem as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para exploração de energia solar:

Projeto	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de Energia
				Instalada (MW)
Jaíba 3	Portaria 5437	01/09/2015	35 anos	33
Jaíba 4	Portaria 5438	01/09/2015	35 anos	33
Jaíba 9	Portaria 335	15/08/2018	35 anos	22,5

Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2024, as controladas possuem os seguintes contratos de longo prazo de venda de energia:

Companhia	Tipo	Energia Contratada (MW médios)	Preço contratado (Mw/h)	Índice de reajuste	Prazo	Data prevista de início	Mês de reajuste
Jaíba 3	LEN A-4 001/2018	8,4	R\$ 118,40	IPCA	20 anos	01/01/2023	janeiro
Jaíba 4	LEN A-4 001/2018	8,4	R\$ 118,40	IPCA	20 anos	01/01/2023	janeiro
Jaíba 9	LEN A-4 001/2018	5,5	R\$ 117,81	IPCA	20 anos	01/01/2023	janeiro

Os Contrato de comercialização de energia elétrica acima demonstrados foram efetuados no ambiente regulado de energia - ACR por meio de contrato de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) por disponibilidade.

As informações adicionais sobre os contratos vigentes em 2024, do ACL, estão na nota explicativa 3.j.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 08 de abril de 2025.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Base de consolidação

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Companhia inclui em suas demonstrações consolidadas todas as investidas onde exerça controle direto ou indireto, ou nas quais possua influência significativa que lhe permitam influenciar as decisões administrativas e operacionais dessas investidas. Na determinação do controle são considerados os direitos a votos passíveis de serem exercidos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação das controladas, empregando práticas contábeis uniformes.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Investimentos em controladas

Os investimentos da Sociedade em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28).

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da Companhia ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição.

A participação societária nas controladas são apresentadas na demonstração do resultado da Companhia como equivalência patrimonial, representando o Resultado atribuível aos acionistas das controladas.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 22, quando aplicável.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Não há informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 10 - Imobilizado e intangível:** principais premissas utilizadas na avaliação da vida útil do imobilizado.
- **Nota explicativa 11 - Direito de uso e arrendamento:** principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de direito de uso e arrendamentos.
- **Nota explicativa 14 - Ressarcimento:** principais premissas utilizadas sobre os desvios negativos de geração, devido pelo vendedor, apurados durante o ano e ressarcidos ao comprador no primeiro faturamento do ano seguinte da competência.
- **Nota explicativa 16 - Provisão para desmobilização:** principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos futuros e taxa de desconto para o cálculo a valor presente.

e. Continuidade operacional

O capital circulante líquido positivo do Consolidado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.417 (R\$ 7.963 positivo em 2023). O Capital circulante líquido positivo da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 13 (R\$ 4 positivo em 2023). A Companhia apresentou no exercício de 2024 um prejuízo no montante líquido de R\$ 6.594 (R\$ 20.469 de prejuízo líquido em 2023). Adicionalmente, se necessário, a controladora (ou controladoras) como acionista direta da Companhia, disponibilizará todos os recursos necessários, de forma a manter a Companhia solvente, bem como envidará seus melhores esforços em alternativas para que a Companhia e suas controladas possam honrar e cumprir com suas obrigações e compromissos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Referem-se à venda de energia, conforme contratos de venda de energia firmados no ambiente de contratação livre (ACL) e no ambiente de contratação regulado (ACR). Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia considerou que não seria necessária a constituição de qualquer perda estimada com crédito de liquidação duvidosa, visto que não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado inicialmente ao custo na data de aquisição e deduzido da depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de aquisição e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015, considerando que a vida útil não ultrapassa o período remanescente do período de autorização.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, limitada ao prazo de autorização, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A Administração reconhece as taxas da ANEEL adequadas para fins societários, com exceção da unidade de geração solar que teve sua vida útil econômica reavaliada.

d. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para descomissionamento

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques solares encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia e suas controladas, ao final do prazo contratual, devolver as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A Companhia e suas controladas obtiveram por meio de estudos especializados efetuados por terceiros, as premissas dos procedimentos necessários para proceder com a desmobilização, desta forma, com base em estimativas de mercado, reconheceu as respectivas obrigações a valor presente, conforme nota explicativa 16. Os principais custos a serem incorridos contidos na estimativa do valor da provisão da desmobilização são: Desmontagem dos equipamentos, remoção das áreas construídas, trâmites prévios, reaterro, gestão de resíduos e restauração ambiental. O valor presente da obrigação com desmobilização foi estimado com base na quantidade física de itens instalados nas subestações, linhas, redes e demais instalações dos parques solares, projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base na taxa livre de risco e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 7,12% a.a.

e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial em seus fluxos de caixa futuros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

f. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por Impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e Impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros foram classificados como outros passivos financeiros. Os passivos financeiros classificados nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa 22.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

g. Investimentos

Os investimentos em controladas estão registrados pelo método de equivalência patrimonial.

h. Financiamentos

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo circulante, quando puderem ser liquidados no prazo de 12 meses após a data do balanço. Do contrário, são classificados como passivo não circulante.

As despesas com juros e custos da transação são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros e custos da transação foram inicialmente capitalizados aos itens do imobilizado correspondente e em despesas financeiras.

i. Imposto de renda e contribuição social correntes

Na Controladora, o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Nas controladas, o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

j. Reconhecimento de receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- (i) A identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- (iii) A determinação do preço para cada tipo de transação;
- (iv) A alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Os contratos de Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelos parques fotovoltaicos e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh), preço contratual e preço de liquidação das diferenças (PLD) médio do ano.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, que devem compor a contraprestação. Os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração são ressarcidos por meio da dedução da receita fixa mensal do mês de janeiro do ano contratual seguinte até que haja liquidação do ressarcimento, considerando o maior valor entre 115% do preço de venda do ano anterior e PLD médio do ano anterior.

Receita de suprimento de energia elétrica

A receita é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

As faturas de venda de energia mensal são emitidas até o 3º dia útil do mês subsequente ao uso da energia e o prazo de recebimento é até o 6º dia útil, em uma única parcela. Após o vencimento das faturas, há a incidência de multa de 2% sobre o valor em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que sobre o valor total incidem juros pro-rata de 1% ao mês.

Venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

k. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo);

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo).

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado.

l. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Controladora e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de financiamento incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre financiamento como taxa de desconto.

A Companhia e suas controladas determinam sua taxa incremental sobre financiamentos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2024
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixas e bancos	10	5	2.610	2.795
Aplicações financeiras de curto prazo	-	-	8.955	13.595
	10	5	11.565	16.390

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxa média 100% (100% em 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Clientes a receber

	Consolidado	
	2024	2023
Suprimento de energia	1.029	1.647
Suprimento de energia - não faturado (*)	2.918	2.846
Ressarcimento a receber (**)	-	83
	3.947	4.576

Referem-se ao contrato de venda de energia no mercado regulado, no montante de R\$ 3.947 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.576 em 2023 ambiente de contratação livre).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui saldos vencidos (faturados e não faturados), portanto, não foi necessário o registro de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa.

(*) Saldo composto de valores relativos à venda de energia já entregue e ainda não faturada. Todos os meses a provisão é estornada e o faturamento mensal é emitido no mês subsequente.

(**) Ressarcimento refere-se aos desvios positivos de geração, devido pelo comprador, apurados durante o ano e ressarcido do comprador no primeiro faturamento do ano seguinte da competência, conforme nota explicativa 18 e reconhecimento de receita.

7 Cauções e depósitos vinculados

	<u>Consolidado</u>	
	2024	2023
Banco do Nordeste do Brasil S/A	<u>8.240</u>	<u>7.446</u>
	<u>8.240</u>	<u>7.446</u>

Os depósitos vinculados no montante de R\$ 8.240 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 7.446 em 2023) referem-se integralmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados à taxa de 98% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI). Essa aplicação financeira será mantida pela Companhia até a data do vencimento final do financiamento como conta reserva do financiamento captado com o Banco Nordeste do Brasil S.A. mencionado na nota explicativa 13.

8 Outros ativos não circulantes

	<u>Consolidado</u>	
	2024	2023
Jaíba SE1 Energias Renováveis S.A.	<u>3.016</u>	<u>2.269</u>
	<u>3.016</u>	<u>2.269</u>

Referem-se aos custos de subestação, rateados entre as empresas que fazem parte do consórcio, onde Jaíba 3 é a líder. O consórcio tem como objetivo executar o empreendimento que consiste no desenvolvimento, construção, operação e manutenção de instalações de interconexão e transmissão de energia elétrica no estado de Minas Gerais para fins de conexão. Em 31 de dezembro de 2024 o valor está no montante de R\$ 3.016 (R\$ 2.269 em 2023).

9 Investimentos

A movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentada a seguir:

2024							
	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Controladas							
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.	100%	2.860	155.288	5.626	115.161	37.361	(4.961)
Jaíba 4 Energias Renováveis S.A.	100%	7.643	140.793	4.854	107.236	36.346	(2.674)
Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.	100%	6.151	100.412	3.769	73.391	29.403	984
Total		16.654	396.493	14.249	295.788	103.110	(6.651)

2023							
	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Controladas							
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.	100%	3.286	159.314	5.397	114.881	42.322	(8.618)
Jaíba 4 Energias Renováveis S.A.	100%	11.707	141.127	4.065	109.749	39.020	(6.923)
Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.	100%	7.763	100.967	5.334	74.977	28.419	(5.021)
Total		22.756	401.408	14.796	299.607	109.761	(20.562)

Investimentos	2023	Equivalência patrimonial	2024
Controladas			
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.	42.321	(4.961)	37.360
Jaíba 4 Energias Renováveis S.A.	39.020	(2.674)	36.346
Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.	28.419	984	29.403
Total	109.760	(6.651)	103.109

Investimentos	2022	Equivalência Patrimonial	2023
Controladas			
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A.	50.939	(8.618)	42.321
Jaíba 4 Energias Renováveis S.A.	45.943	(6.923)	39.020
Jaíba 9 Energias Renováveis S.A.	33.440	(5.021)	28.419
Total	130.322	(20.562)	109.760

10 Imobilizado

O valor registrado neste grupo equivale aos custos incorridos para a construção do parque.

a. Composição do imobilizado

2024				
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em construção	-	27.033	-	27.033
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,63%	22.832	(2.532)	20.300
Máquinas e equipamentos	4,82%	364.329	(42.545)	321.784
Móveis e utensílios	6,25%	68	(15)	53
Desmobilização	3,47%	4.843	(532)	4.311
Total do ativo imobilizado		419.105	(45.624)	373.481
Softwares	20%	48	(15)	33
Total do ativo intangível		48	(15)	33
Total do ativo imobilizado e intangível		419.105	(45.639)	373.514
2023				
	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Imobilizado em construção	-	22.034	-	22.034
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,63%	22.832	(1.726)	21.106
Máquinas e equipamentos	4,82%	364.155	(29.990)	334.165
Móveis e utensílios	6,25%	68	(10)	58
Desmobilização	3,47%	4.843	(365)	4.478
Total do ativo imobilizado		413.932	(32.096)	381.841
Softwares	20%	48	(5)	43
Total do ativo intangível		48	(5)	43
Total do ativo imobilizado e intangível		413.980	(32.096)	381.884

b. Movimentação do imobilizado

Consolidado	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição (iii)	Baixa	Transferência de imobilizado unitização (i)	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Imobilizado em construção		22.034	4.999	-	-	-	27.033
Usinas - imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,60%	18.758	-	-	-	(715)	18.043
Máquinas e equipamentos	5,64%	314.824	170	-	-	(11.807)	303.187
Sistema de transmissão de conexão - imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	1.179	-	-	-	(45)	1.134
Máquinas e equipamentos	4,45%	14.034	4	-	-	(552)	13.486
Móveis e utensílios	6,25%	51	-	-	-	(4)	47
Rede básica - imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	1.169	-	-	-	(46)	1.123
Máquinas e equipamentos	4,36%	5.307	-	-	-	(196)	5.111
Móveis e utensílios	6,25%	7	-	-	-	(1)	6
Descomissionamento (ii)	3,47%	4.478	-	-	-	(167)	4.311
Total do ativo imobilizado		381.841	5.173	-	-	(13.533)	373.481
Sistema de transmissão de conexão - intangível em serviço							
Softwares	20,00%	43	-	-	-	(10)	33
Total do ativo intangível		43	-	-	-	(10)	33
Total do ativo imobilizado e intangível		381.884	5.173	-	-	(13.543)	373.514

Consolidado	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição (iii)	Baixa	Transferência de imobilizado unitização (i)	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Imobilizado em construção		20.758	4.471	(926)	(2.269)	-	22.034
Usinas - imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,60%	19.702	-	(225)	-	(719)	18.758
Máquinas e equipamentos	5,64%	328.835	1.098	(3.322)	-	(11.787)	314.824
Sistema de transmissão de conexão - imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	1.224	-	-	-	(45)	1.179
Máquinas e equipamentos	4,45%	14.586	-	-	-	(552)	14.034
Móveis e utensílios	6,25%	55	-	-	-	(4)	51
Rede básica - imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,65%	1.214	-	-	-	(45)	1.169
Máquinas e equipamentos	4,36%	5.512	-	-	-	(205)	5.307
Móveis e utensílios	6,25%	8	-	-	-	(1)	7
Descomissionamento (ii)	3,47%	4.646	-	-	-	(168)	4.478
Total do ativo imobilizado		396.540	5.569	(4.473)	(2.269)	(13.526)	381.841
Sistema de transmissão de conexão - intangível em serviço							
Softwares	20,00%	-	48	-	-	(5)	43
Total do ativo intangível		-	48	-	-	(5)	43
Total do ativo imobilizado e intangível		396.540	5.617	(4.473)	(2.269)	(13.531)	381.884

(i) O montante refere-se a transferência do imobilizado em construção de custos de HV, conforme o contrato de consorcio firmado entre elas. (nota explicativa 15.

- (ii) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo solar. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O reconhecimento inicial ocorreu em 2022, onde atendeu a todos os critérios da Companhia, sendo a entrada em operação, unitização e o recebimento de 95% do financiamento do BNB, com uma taxa de desconto de 7,12% e 3,47% de taxa de depreciação.

Em janeiro de 2023 a unidade de geração solar da Companhia teve a sua vida útil econômica reavaliada de 25 anos para 30 anos, tendo sido os seus impactos contábeis contabilizados de forma prospectiva com base no valor residual remanescente.

- (iii) O valor de adição de imobilizado que não afeta o caixa está informado na nota explicativa 23 no montante de R\$ 1.447. (R\$ 196 em 2023)

11 Direito de uso e arrendamento

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) sendo o principal ativo reconhecido refere-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque fotovoltaico da Companhia. Conforme abaixo:

a. Composição do ativo de direito de uso

31/12/2024				
Consolidado	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,23%	7.252	(1.148)	6.104
		7.252	(1.148)	6.104
Total direito de uso		7.252	(1.148)	6.104

31/12/2023				
Consolidado	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Arrendamento de terras	3,23%	6.949	(919)	6.030
		6.949	(919)	6.030
Total direito de uso		6.949	(919)	6.030

b. Movimentação do ativo de direito de uso

Consolidado	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	6.030	297	(223)	6.104
Total do ativo	6.030	297	(223)	6.104

Consolidado	Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo de direito de uso				
Arrendamento de terras	5.887	354	(211)	6.030
Total do ativo	5.887	354	(211)	6.030

c. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, segue demonstrada abaixo:

Consolidado	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 31/12/2024
Passivo de arrendamento					
Arrendamento de terra	18.830	850	(713)	-	18.967
(-) Ajuste a valor presente	(12.190)	(553)	-	660	(12.083)
Total	6.640	297	(713)	660	6.884
Circulante	53				60
Não circulante	6.587				6.824
Total	6.640				6.884

Consolidado	Valor líquido em 31/12/2022	Adição	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 31/12/2023
Passivo de arrendamento					
Arrendamento de terra	18.470	1.041	(681)	-	18.830
(-) Ajuste a valor presente	(12.142)	(687)	-	639	(12.190)
Total	6.328	354	(681)	639	6.640
Circulante	45				53
Não circulante	6.283				6.587
Total	6.328				6.640

A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a., conforme a nota explicativa 3.1, a remensuração no ano de 2024 foi de 4,53% a.a. (5,66% a.a. em 2023).

12 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2024	2023	2024	2023
Materiais e serviços	1	2	3.839	7.035
Mercado de curto prazo - CCEE	-	-	114	18
	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3.953</u>	<u>7.053</u>

Referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos parques de energia fotovoltaica e os serviços e matérias para manutenção dos parques. No consolidado a provisão de materiais e serviços, relacionado ao ano de 2024, foi no montante de R\$ 726.

Em 31 de dezembro de 2024, o consolidado da Companhia possui saldos vencidos superior a 90 dias, no montante de R\$ 376, que serão liquidados conforme termos contratuais.

13 Financiamentos

a. Composição dos financiamentos (consolidado):

	31/12/2024					31/12/2023				
	Encargos		Principal		Total	Encargos		Principal		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Consolidado										
Moeda nacional										
Banco Nordeste do Brasil S.A.	1.202	46.009	5.896	230.272	283.379	1.042	47.060	5.109	236.190	289.401
Total de dívidas	1.202	46.009	5.896	230.272	283.379	1.042	47.060	5.109	236.190	289.401

Contrato de financiamento, em moeda nacional, com taxa de juros de 1,96% a.a. + IPCA, com vencimento previsto em 15 de fevereiro de 2042. As parcelas do principal e encargos são pagos mensalmente.

b. Movimentação dos financiamentos (consolidado):

	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Valor líquido em 31/12/2024
Consolidado					
Circulante					
Financiamentos					
Principal	5.109	(5.131)	-	5.918	5.896
Juros	1.042	(18.651)	17.760	1.051	1.202
	6.151	(23.782)	17.760	6.969	7.098
Não circulante					
Financiamentos					
Principal	236.190	-	-	(5.918)	230.272
Juros	47.060	-	-	(1.051)	46.009
	283.250	-	-	(6.969)	276.281

Jaíba Solar Holding S.A.
Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
em 31 de dezembro de 2024

Consolidado	Valor líquido em		Juros		Valor líquido em
Circulante	31/12/2022	Pagamentos	provisionados	Transferência	31/12/2023
Financiamentos					
Principal	2.857	(2.812)	-	5.064	5.109
Juros	15.349	(18.674)	-	4.367	1.042
	18.206	(21.486)	-	9.431	6.151
Não circulante					
Financiamentos					
Principal	241.254	-	-	(5.064)	236.190
Juros	33.575	-	17.852	(4.367)	47.060
	274.829	-	17.852	(9.431)	283.250

O montante de R\$ 17.760 de juros provisionados foi para o resultado.

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Não circulante	
2026	7.551
2027	8.577
2028	9.603
2029	10.545
2030 a 2042	240.005
Total	276.281

Obrigações Contratuais - Covenants

As garantias de financiamento são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. As garantias concedidas pela Companhia para obtenção do referido financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram:

Fianças bancárias;

Cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia;

Penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reserva (nota explicativa 8);

Cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização;

Alienação das máquinas e equipamentos.

Adicionalmente, a distribuição do resultado do exercício não pode ultrapassar a 25% do lucro líquido, caso contrário, é requerida a anuência do BNB. Esse contrato de financiamentos não possui cláusulas restritivas (“*covenants*”).

Atualmente, a Companhia possui contrato fiança com o Banco Bradesco e conta garantia com o Banco do Nordeste, garantindo 100% do saldo devedor do crédito concedido.

14 Ressarcimento

	<u>Consolidado</u>	
	2024	2023
Ressarcimento	<u>1.854</u>	<u>-</u>
	<u>1.854</u>	<u>-</u>

Ressarcimento refere-se aos desvios negativos de geração, devido pelo vendedor, apurados durante o ano e ressarcido ao comprador no primeiro faturamento do ano seguinte da competência, conforme nota explicativa 18 e reconhecimento de receita.

15 Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas usualmente possuem saldos a pagar ou receber com empresas do mesmo grupo, oriundas principalmente de compartilhamento de gastos entre as SPEs.

(i) Contas a pagar de partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Jaíba 3 Energias Renováveis S.A (a)	292	340	-	-
Outros	-	-	3	6
	292	340	3	6

- (a) Os saldos a pagar referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas/acionistas. Referem-se substancialmente, ao compartilhamento de gastos liquidados integralmente por uma Companhia centralizadora, e são repassados por rateio as demais. Os gastos de serviços com terceiros, com efeito no resultado foi no montante de R\$ 48.

(ii) Remuneração da Administração

A Administração é composta pela Diretoria Estatutária. A remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 dos diretores estatutários representados pela Nebras do Brazil Investments 1 Ltda. é paga pela Nebras Power Latin America Ltda., e os diretores estatutários representando a Canadian Solar são pagos pela Recurrent Energy.

16 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver a terra onde o parque fotovoltaico encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento em 2053.

No ano exercício de 2022, a Companhia e suas controladas estimaram como valor futuro para esta obrigação o montante de R\$ 33.235, com base em valores orçados de acordo com a necessidade e natureza da ação a ser desenvolvida e baseado em uma taxa de desconto de 7,12% reconheceram o valor presente de R\$ 4.843.

O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques fotovoltaico (nota explicativa 11).

Consolidado

Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.248
Ajuste a valor presente	374
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.622
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.622
Ajuste a valor presente	400
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.022

17 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 160.879 (R\$ 160.879 em 31 de dezembro de 2023), representado por 160.878.850 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Nebras Brasil Investment 1, detentora de 100% das ações. No exercício de 2024, não houve aumento de capital (R\$ 0 em 2023).

18 Receitas operacionais

	Consolidado	
	2024	2023
Suprimento de energia elétrica	31.960	30.421
Ressarcimento - suprimento de energia elétrica	(34)	(171)
Energia de curto prazo	5.539	930
Receita operacional bruta	37.465	31.180
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(1.369)	(1.138)
Total de deduções da receita operacional	(1.369)	(1.138)
Doação	145	-
Receita operacional líquida	36.241	30.042

19 Custos e despesa por natureza

	Controladora					
	2024			2023		
	De operação	Gerais e administrativas	Total	De operação	Gerais e administrativas	Total
Serviços de terceiros	-	(13)	(13)	-	(28)	(28)
Provisão para contingências	-	-	-	-	169	169
Outras	-	69	69	-	(47)	(47)
Total	-	56	56	-	94	94

	Consolidado					
	2024			2023		
	De operação	Gerais e administrativas	Total	De operação	Gerais e administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(2.724)	-	(2.724)	(111)	-	(111)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(5.453)	-	(5.453)	(5.819)	-	(5.819)
Materiais	(150)	-	(150)	(413)	-	(413)
Serviços de terceiros	2.435	(267)	2.168	(3.459)	(2.052)	(5.511)
Depreciação	(13.533)	-	(13.533)	(13.526)	-	(13.526)
Amortização	(233)	-	(233)	(224)	-	(224)
Seguros	(718)	-	(718)	(3.397)	-	(3.397)
Aluguéis e arrendamentos	(6)	-	(6)	(6)	-	(6)
Provisão para contingências	-	-	-	369	169	538
Outras	-	(474)	(474)	-	(669)	(669)
Total	(20.382)	(741)	(21.123)	(26.586)	(2.552)	(29.138)

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	2	-	1.867	3.049
Outros juros e variações monetárias	-	-	1	-
Receitas financeiras total	2	-	1.868	3.049
Despesas financeiras				
Financiamentos	-	-	(17.760)	(17.852)
Ajuste a valor presente (arrendamento)	-	-	(660)	(639)
Ajuste a valor presente (desmobilização)	-	-	(400)	(374)
Comissão e fiança bancária	-	-	(3.396)	(2.695)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)	(11)	(10)
Despesas financeiras total	(1)	(1)	(22.227)	(21.570)
Total resultado financeiro	1	(1)	(20.359)	(18.521)

21 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 1.353 (R\$ 2.852 em 31 de dezembro de 2023)

	31/12/2024	
Consolidado	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receita de operação	37.465	37.465
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.997	4.496
Demais receitas	1.868	1.868
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	877	476
Alíquota efetiva	2,23%	1,21%

	31/12/2023	
Consolidado	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro presumido		
Receita de operação	31.180	31.180
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	2.494	3.742
Demais receitas	3.048	3.048
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	1.961	891
Alíquota efetiva	4,74%	2,15%

Durante o exercício de 2024 foi pago no Consolidado R\$ 1.717 (R\$ 2.089 em 2023).

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas possuem operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas não efetuam operações com instrumentos financeiros derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

		31/12/2024			31/12/2023		
		Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Nível
Controladora							
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo							
	Caixa e bancos	5	10	-	5	-	
		31/12/2024			31/12/2023		
Controladora							
Passivos financeiros não mensurados pelo custo amortizado							
	Fornecedores	12	1			2	
	Contas a pagar de partes relacionadas	15	292			340	

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2024			31/12/2023	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Controladora					
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e bancos	5	10	10	5	5

	31/12/2024			31/12/2023	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Controladora					
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores	12	1	1	2	2
Contas a pagar de partes relacionadas	15	292	292	340	340

	31/12/2024			31/12/2023	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Cauções e depósitos vinculados	7	8.240	8.240	7.446	7.446
Aplicações financeiras de curto prazo	5	8.955	8.955	13.595	13.595
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e bancos	5	2.610	2.610	2.795	2.795
Clientes a receber	6	3.947	3.947	4.576	4.576
Outros ativos não circulantes	8	3.016	3.016	2.269	2.269

	31/12/2024			31/12/2023	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado					
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores	12	3.953	3.953	7.053	7.053
Financiamentos (a)	13	283.379	283.379	289.401	289.401
Arrendamento	11	6.884	6.884	6.640	6.640
Contas a pagar de partes relacionadas	15	3	3	6	6
Outros passivos circulantes		30	30	72	72

- (a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seu financiamento é similar ao valor contábil, devido ao fato de que as taxas do financiamento são subsidiadas pelo BNB, que tem como objetivo financiar projetos de desenvolvimento e infraestrutura e de que o respectivo financiamento foi contraído sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Como resultado desta análise, foram identificadas apenas aplicações financeiras classificadas em caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras classificadas em Cauções e depósitos vinculados enquadradas no Nível 2, em que o valor contábil equivale ao seu valor justo. Os demais instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados pelo custo amortizado. A Administração estima que todos esses instrumentos financeiros possuem valor justo próximo do valor contábil.

c. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Riscos de mercado

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Análise de Sensibilidade

Com base nos dados disponíveis do Banco Central, do Relatório Focus, foi extraída a projeção do indexador IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos financiamentos, baseadas em premissas macroeconômicas obtidas pela área de controladoria da Companhia.

Variações das taxas índices	31/12/2024	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de índices				
IPCA	4,83%	5,08%	6,35%	7,62%
CDI	10,88%	15,00%	18,75%	22,50%

Consolidado

Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2024	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos	Índice IPCA (a)	283.379	14.396	17.995	21.593
Aplicações financeiras e depósitos vinculados	CDI (b)	17.195	2.579	3.224	3.869

(a) Índice de proteção ao consumidor amplo - Fonte: Relatório Boletim Focus

(b) Certificado de depósito interbancário - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

(ii) **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Controladora	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2023						
Fornecedores	2	2	2	-	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	340	340	-	340	-	-
Controladora						
31/12/2024						
Fornecedores	1	1	1	-	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	292	292	-	292	-	-

Consolidado	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2023						
Fornecedores	7.053	7.053	7.053	-	-	-
Arrendamento	6.640	18.806	681	681	2.043	15.401
Financiamentos	289.401	350.303	10.603	24.016	43.554	272.130
Contas a pagar de partes relacionadas	6	6	-	6	-	-
Outros passivos circulantes	72	72	72	-	-	-

Consolidado	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2024						
Fornecedores	3.953	3.953	3.953	-	-	-
Arrendamento	6.884	18.948	713	713	2.139	15.383
Financiamentos	283.379	341.525	11.513	26.238	46.844	256.930
Contas a pagar de partes relacionadas	3	3	-	3	-	-
Outros passivos circulantes	30	30	30	-	-	-

23 Informações complementares do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia e suas controladas estão demonstradas a seguir:

	2024	2023
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa		
Adições de ativo imobilizado não liquidadas no encerramento do exercício (notas explicativas 10 e 12)	1.447	196
Despesas antecipadas (a)	675	-
Outros ativos não circulantes (nota explicativa 8)	-	(2.269)
	2.122	(2.073)

- (a) Pagamentos da apólice de seguro previstos para ocorrerem a partir do exercício de 2025, portanto não houve efeito caixa e a contrapartida foi realizada como provisão no passivo circulante.

24 Contingências

Risco provável

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contingências passivas trabalhistas com avaliação de risco de perda provável no montante de R\$ 781 (R\$ 810 em 31 de dezembro de 2023) sendo a mesma provisionada 100% neste exercício.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contingência passiva civil com avaliação de risco de perda provável, contra a BMG Tozzi, no montante de R\$ 550 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023) sendo a mesma provisionada 100% neste exercício.

Risco possível

Processo Real Estate

A Companhia possui contingências passivas de Real Estate com avaliação de risco de perda possível no montante de (R\$ 2.661).

Processo Trabalhista

A Companhia possui contingências passivas trabalhistas com avaliação de risco de perda possível no montante de (R\$ 1.323).s